



POLÍCIA FEDERAL

GTED/SR/PF/AC

**ANEXO I – TERMO DE JUSTIFICATIVAS
TÉCNICAS RELEVANTES DA REFORMA
DA DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL
EM CRUZEIRO DO SUL - AC**



PRINCIPAIS NORMATIVOS APLICADOS A CONTRATAÇÃO

- As normas técnicas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas;
- Legislação Urbanística da cidade de Cruzeiro do Sul/AC – Plano Diretor;
- Lei nº 479/2007 – Lei Municipal de Cruzeiro do Sul/AC;
- Lei nº 8.666/1993 e suas alterações;
- Leis e normas de Engenharia e Arquitetura;
- Instrução Normativa nº 37, de 29 de junho de 2004, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA;
- Instrução Normativa Nº 2, de 04 de junho de 2014, da Secretária de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- A Delegacia de Polícia Federal em Cruzeiro do Sul (DPF/CZS/AC) tem como atividade precípua a atuação como polícia judiciária da União na circunscrição que abrange os municípios de Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima, Rodrigues Alves, Porto Walter, Marechal Thaumaturgo, Jordão, Tarauacá e Feijó, no estado do Acre, e Guajará, Ipixuna, Eirunepé, Envira e Itamarati no estado do Amazonas.
- O terreno da Delegacia possui aproximadamente 1.800m² (mil e oitocentos metros quadrados), com uma área construída de aproximadamente 820m² (oitocentos e vinte metros quadrados).
- Atualmente, o imóvel encontra-se com necessidade de melhorias em suas instalações físicas, visando a conservação do patrimônio e a segurança e o bem-estar dos servidores.
- A fim de atender as demandas solicitadas, faz-se necessário a execução de reforma da Delegacia.

INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DA POLÍCIA FEDERAL

- O Plano Estratégico da Polícia Federal – 2010/2022, atualizado pela Portaria nº 4453/2014-DG/DPF, de 16 de maio de 2014, no item 6.2 do anexo I, prevê que a Polícia Federal deve manter as unidades em pleno funcionamento, sobretudo em situações adversas, como um dos fatores críticos para o sucesso da instituição.
- Nessa linha, foi instituído pelo mesmo instrumento anterior que um dos objetivos institucionais é a otimização do emprego de bens e recursos materiais, de forma a modernizar a gestão do patrimônio e dos recursos materiais da instituição, aperfeiçoando o seu emprego e utilização com ações estratégicas em Gestão de obras e Infraestrutura – ampliando suas instalações e modernizando sua infraestrutura, na Gestão de Contratos – acompanhando e controlando sistematicamente a execução dos mesmos; nas compras – orientando, formalizando, executando e gerenciando as atividades de aquisição de bens e serviços, e na Gestão Patrimonial – desenvolvendo, sistematizando e implementando mecanismos de planejamento, padronização, controle e otimização de processos.
- É nítida a relação entre o contrato pleiteado e a política estratégica da Polícia Federal de manter as unidades em perfeito funcionamento, visando garantir o



funcionamento correto e adequado dos equipamentos, através de manutenções preventivas e corretivas, protegendo o patrimônio da União;

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- A contratação dos serviços tem por objetivo a execução de reforma da Delegacia de Polícia Federal em Cruzeiro do Sul/AC.
- A(s) Licitante(s) deverá(ão) apresentar a documentação necessária, conforme legislação vigente e edital.

LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO E SOLUÇÃO A CONTRATAR

- A presente contratação se configura como **serviço comum de engenharia**.
- A solução viável para contratação do serviço é através de Pregão Eletrônico.
- Pretende-se contratar empresa especializada na prestação de serviços de obras de engenharias, que tenha expertise nesse tipo de serviço com profissionais qualificados, dentro das diretrizes a serem traçadas, bem como emprego dos métodos necessários para a boa implementação dos serviços a serem contratados.
- Em relação à duração dos futuros contratos, o contrato deverá ter duração de 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado de acordo com o art. 57, I, da Lei nº 8.666/93 e prever prazo de execução de 03 (três) meses.

ESTIMATIVAS DE PREÇOS

- O valor máximo que a Administração se propõe a pagar foi estimado com base no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI), conforme planilha orçamentária, perfazendo o montante de **R\$ 302.968,67 (trezentos e dois mil novecentos e sessenta e oito reais e sessenta e sete centavos)**.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- A presente contratação visa selecionar pessoa jurídica na área de obras de engenharia capaz de executar serviços de reforma da Delegacia de Polícia Federal em Cruzeiro do Sul/AC;
- A gestão deverá ser toda da CONTRATADA, de forma a dar cumprimento ao Edital e definições do Termo de Referência, anexados ao corpo desse processo administrativo.

JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

- Em regra, conforme § 1º do art. 23 da Lei nº 8.666/93, os serviços deverão ser divididos em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.



- A atribuição dos serviços em um só processo visa ter eficiência no resultado.

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS OU FINANCEIROS DISPONÍVEIS

- As edificações que abrigam repartições públicas como quaisquer outras, precisam ser pensadas para atender as necessidades, bem como ter uma manutenção e conservação de baixo custo.
- Existe farta legislação a respeito desse tipo de contratação, com decisões do Tribunal de Contas da União e manifestações da Consultoria Jurídica, embasando novas contratações nessa modalidade, de forma a possibilitar o melhor aproveitamento dos recursos públicos e a aplicação dos programas de governo;
- O contrato a ser firmado visa a atender às necessidades do órgão no que se refere à perfeita execução dos serviços, favorecendo o desempenho das atividades fim e meio da Polícia Federal, no âmbito do Estado do Acre.

PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO

- A contratada, juntamente com a equipe de fiscalização e os servidores, deverão definir como se dará a operacionalização do funcionamento da Delegacia durante o período de obras, uma vez que deverá ser garantida a continuidade da prestação de serviços ao público pela Delegacia, o funcionamento regular de suas atividades e o controle de acesso às suas dependências.
- Devido à presença constante de terceiros às dependências da Delegacia, deverá ser providenciado, com o apoio dos vigilantes, controle de acesso aos colaboradores das empresas que realizarão os serviços e de possíveis órgãos de controle e fiscalização.

DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

- Com base nas informações levantadas, entende-se ser viável a contratação.

Cruzeiro do Sul/AC, 16 de setembro de 2021.

THAÍS KLEIN FORNAZELLI MARTINS
Agente de Polícia Federal